

Sumário



Nota à 2ª edição, xi

Prefácio, xiii

Introdução, 1

Parte I – A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR: GENERALIDADES, 5

1 O Poder Constituinte, 7

1.1 Noção de poder constituinte, 7

1.2 Poder Constituinte Originário, 10

1.3 A Titularidade do Poder Constituinte Originário, 12

1.4 Poder Constituinte Derivado Reformador, 15

1.5 Cláusulas pétreas, 16

2 A Constituição no Sistema Jurídico Brasileiro, 18

2.1 Generalidades, 18

2.2 Constituição material e formal, 21

2.3 Constituição rígida, flexível e semirrígida, 21

2.4 Supremacia da Constituição, 23

3 Fontes do Direito de Defesa do Consumidor, 25

3.1 Conceito de fontes do direito, 25

3.2 Fontes materiais e formais, 25

- 3.2.1 Hierarquia das fontes formais, 27
 - 3.3 Fontes estatais e não estatais, 28
 - 3.3.1 Fontes estatais, 28
 - 3.3.1.1 Plano constitucional, 28
 - 3.3.1.2 Plano infraconstitucional, 30
 - 3.3.1.3 Plano infralegal, 32
 - 3.3.1.4 Plano jurisdicional, 34
 - 3.3.2 Fontes não estatais, 36
 - 3.3.2.1 Doutrina, 36
 - 3.3.2.2 Costume, 38
 - 3.3.2.3 Negócio jurídico, 40
 - 3.3.2.4 Convenção coletiva de consumo, 40
 - 3.4 Os tratados internacionais, 41
 - 3.5 O diálogo das fontes, 42
 - 3.6 Considerações finais, 44
- 4 A Proteção do Consumidor – Breve Histórico, 46**
- 4.1 A Revolução Industrial e o liberalismo, 46
 - 4.2 O surgimento da sociedade de consumo, 48
 - 4.3 O surgimento da defesa do consumidor, 51
- 5 Conceito Jurídico de Consumidor, 54**
- 5.1 O conceito jurídico de consumidor, 54
 - 5.1.1 Conceito de consumidor como destinatário final, 61
 - 5.1.2 Conceitos de consumidor por equiparação, 68
- 6 As Liberdades Públicas e a Proteção do Consumidor, 74**
- 6.1 A denominação liberdades públicas, 74
 - 6.2 A evolução das liberdades públicas, 76
 - 6.3 Conceito clássico de liberdades públicas, 85
 - 6.4 As novas tendências das liberdades públicas e a proteção constitucional dos consumidores, 87
- 7 Políticas Públicas, 89**
- 7.1 As políticas públicas e a defesa do consumidor, 89
 - 7.2 A política nacional de relações de consumo, 92
 - 7.3 A execução da política nacional de consumo, 97
- 8 A Proteção do Consumidor nas Constituições de outros Países, 100**
- 8.1 As constituições da Espanha e de Portugal, 100

8.2 As constituições dos países da América Latina, 101

- 8.2.1 Constituição do México, 101
- 8.2.2 Constituição da Colômbia, 103
- 8.2.3 Constituição do Equador, 104
- 8.2.4 Constituição do Peru, 104
- 8.2.5 Constituição da Venezuela, 105
- 8.2.6 Constituição da Argentina, 106
- 8.2.7 Constituição da Costa Rica, 107
- 8.2.8 Constituição do Panamá, 108
- 8.2.9 Constituição de El Salvador, 109
- 8.2.10 Constituição do Paraguai, 109
- 8.2.11 Constituição da Guatemala, 110

Parte II – A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A SUA REGULAMENTAÇÃO LEGAL, 111

Nota introdutória, 112

9 Capítulo Instrumental: a Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais, 113

9.1 A eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, 113

10 A Proteção do Consumidor na Constituição Brasileira de 1988, 119

- 10.1 Os dispositivos constitucionais de proteção do consumidor, 119
- 10.2 O princípio da dignidade da pessoa humana e a defesa do consumidor, 120
- 10.3 O princípio da proporcionalidade, 122
- 10.4 Os efeitos do inciso III do art. 1º da Constituição Federal, 124

11 As Liberdades Públicas na Constituição Federal de 1988, 125

- 11.1 O princípio da isonomia, 125
 - 11.1.1 A inversão do ônus da prova e o princípio da isonomia, 129
 - 11.1.2 Os efeitos do art. 5º, *caput*, da Magna Carta, 133
- 11.2 Direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem e a consagração do dano moral, 134
 - 11.2.1 Os efeitos do art. 5º, inciso X, da Constituição Federal, 140
- 11.3 Liberdade de informação, o direito à informação e o direito de o consumidor ser informado dos impostos que incidem sobre os produtos e os serviços, 140
 - 11.3.1 Os efeitos das normas que se referem à liberdade de informação, o direito à informação e o direito de o consumidor ser informado dos impostos que incidem sobre os produtos e os serviços, 145
- 11.4 Liberdade de associação, 145

- 11.4.1 Os efeitos dos incisos XVII, XVIII, XIX, XX e XXI do art. 5º e 174, § 2º, da Constituição Federal, 153
- 11.5 O Estado e a tutela do consumidor, 155
 - 11.5.1 A função social da defesa do consumidor, 155
 - 11.5.2 A aplicação do CDC às instituições financeiras: breve análise dos conceitos legais de fornecedor, produtos e serviços, 158
 - 11.5.3 Os efeitos do inciso XXXII do art. 5º da Magna Carta, 163
- 11.6 Direito de acesso ao Poder Judiciário ou princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, 163
 - 11.6.1 Os efeitos do inciso XXXV do art. 5º da Magna Carta, 168
- 11.7 A garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, 168
 - 11.7.1 Direito adquirido, 169
 - 11.7.2 Ato jurídico perfeito, 170
 - 11.7.3 Coisa julgada, 172
 - 11.7.4 Os efeitos do inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal, 174
- 11.8 O devido processo legal, 174
 - 11.8.1 Os efeitos da cláusula *due process of law*, 178
- 11.9 Proibição da prisão civil por dívida, 178
 - 11.9.1 Os efeitos do inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal, 182
- 11.10 A assistência integral e gratuita aos consumidores que comprovarem insuficiência de recursos, 182
 - 11.10.1 Os efeitos do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, 184
- 12 O Princípio da Proteção do Consumidor como Cláusula Pétrea, 185**
 - 12.1 As cláusulas pétreas na Constituição Federal de 1988, 185
 - 12.2 Os efeitos do art. 60, § 4º, da Constituição Federal, 188
- 13 A Importância dos Juizados Especiais na Tutela dos Consumidores, 189**
 - 13.1 Considerações gerais, 189
 - 13.2 Os efeitos do art. 98, inciso I, da Constituição Federal, 192
- 14 A Defesa do Consumidor como Princípio da Ordem Econômica, 193**
 - 14.1 A previsão do art. 170, inciso V, da Constituição Federal, 193
 - 14.2 O abuso do poder econômico, 196
 - 14.3 Os efeitos dos arts. 170, inciso V, e 173, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal, 199
- 15 O Consumidor e o Meio Ambiente, 200**
 - 15.1 Meio ambiente e consumo, 200
 - 15.2 A tutela do meio ambiente na Constituição Federal de 1988, 202
 - 15.3 Os efeitos do art. 170, inciso VI, e art. 225 da Constituição Federal, 206

- 16 Proteção à Saúde do Consumidor, 207**
 - 16.1 A previsão constitucional do direito à saúde, 207
 - 16.2 Responsabilidade objetiva do fornecedor, 209
 - 16.3 Os efeitos do art. 196 da Constituição Federal, 211
- 17 A Publicidade Comercial na Constituição Federal de 1988, 212**
 - 17.1 A publicidade de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, 212
 - 17.2 Os efeitos do § 3º, inciso II, e § 4º do art. 220 da Constituição Federal, 218
- 18 Serviços Públicos, 219**
 - 18.1 Serviços públicos na Constituição Federal de 1988, 219
 - 18.2 Os efeitos do art. 175 e seu parágrafo único da Constituição Federal, 228
- 19 A Proteção dos Consumidores Hipervulneráveis: os Portadores de Deficiência, os Idosos, as Crianças e os Adolescentes, 229**
 - 19.1 Os consumidores hipervulneráveis, 229
 - 19.2 As pessoas portadoras de deficiência, 229
 - 19.3 A proteção do consumidor idoso, 232
 - 19.4 A proteção do consumidor criança e adolescente, 236
 - 19.5 Os efeitos do art. 227, § 1º, inciso II, e § 2º do art. 230 e do art. 244 da Constituição Federal, 238
- 20 A Tutela Jurisdicional dos Consumidores na Constituição Federal de 1988, 239**
 - 20.1 Noções gerais, 239
 - 20.2 A tutela jurisdicional individual, 240
 - 20.2.1 *Habeas data*, 242
 - 20.2.2 *Habeas corpus*, 244
 - 20.2.3 Mandado de injunção, 245
 - 20.2.4 Mandado de segurança individual, 248
 - 20.3 Defensoria Pública, 250
 - 20.4 A tutela jurisdicional difusa e coletiva, 252
 - 20.4.1 Os direitos individuais homogêneos, 256
 - 20.4.2 A ação civil pública: a legitimidade ativa constitucional, 258
 - 20.4.3 O mandado de segurança coletivo e o mandado de injunção coletivo, 262

Bibliografia, 265